



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 200/2025

Referência: Processo nº 1322/2025

Assunto: Projeto de Lei n.º 039, de 30 de outubro de 2025

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei n.º 039, de 30 de outubro de 2025, que “*Dispõe sobre alteração de dispositivo da Lei nº 3.344/2025, que autoriza a efetuar a transposição, o remanejamento, e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, na forma prevista no Inciso VI, do Art. 167, e 165 §5º da Constituição Federal, e dá outras providências*”.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

O Projeto de Lei nº 039, de 30 de outubro de 2025, de autoria do Poder Executivo do Município de Cáceres/MT, visa alterar o Art. 1º da Lei Municipal nº 3.344/2025.

O objetivo central é elevar o limite de autorização para abertura de créditos adicionais suplementares (transposição, remanejamento e transferência) de **4% para 9%** do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025.



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

A. Análise a luz da Constituição Federal de 1988 (CF/88)

A Constituição Federal estabelece o princípio da proibição de estorno de verbas sem autorização legislativa, mas permite exceções quando autorizadas em lei.

O Art. 165, § 8º da CF/88 determina que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, *não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares.*

O Art. 167, inciso VI, da CF/88 veda a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, *sem prévia autorização legislativa.*

O Projeto de Lei nº 039/2025 cumpre exatamente este requisito constitucional: é a "autorização legislativa" necessária para flexibilizar a rigidez orçamentária, permitindo ao Executivo ajustar a execução do orçamento dentro de um novo limite (9%).

B. À Luz da Constituição do Estado de Mato Grosso (CE/MT)

A Constituição Estadual segue o modelo de simetria federativa imposto pela Carta Magna.

O Art. 165, inciso VI, da CE/MT replica a vedação federal, proibindo a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos sem prévia autorização legislativa.

Ao submeter o aumento do percentual à Câmara Municipal, o Executivo respeita a competência fiscalizadora do Legislativo prevista na Constituição Estadual, garantindo que a alteração do orçamento (instrumento de planejamento) passe pelo crivo dos representantes do povo.



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

C. À Luz da Lei Federal nº 4.320/1964 (Direito Financeiro)

Esta lei estatui as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços.

O Art. 7º, inciso I, da Lei 4.320/64 prevê expressamente que a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância.

Embora a lei orçamentária deva ser rígida o suficiente para garantir o planejamento (Art. 2º), a doutrina e a jurisprudência (inclusive do TCE-MT mencionada na justificativa do projeto) reconhecem a necessidade de uma margem de flexibilidade (neste caso, o aumento para 9%) para que a administração não seja engessada diante da dinâmica da execução financeira ao longo do ano.

Na Justificativa, o Executivo alega que, até 08/10/2025, já foram utilizados 2,834% da margem autorizada, restando apenas 1,166% disponível. Argumenta-se a necessidade de adequação gerencial para enfrentar situações imprevistas e garantir a agilidade na execução orçamentária até o fim do exercício.

A análise desta Comissão cinge-se aos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

A matéria é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o Art. 165 da Constituição Federal, pois trata de alteração nas normas de execução da Lei Orçamentária Anual. Não há vício de iniciativa.

Materialmente, a proposta encontra amparo no Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal e no Art. 165, inciso VI, da Constituição do Estado de Mato Grosso. Ambos os dispositivos vedam a transposição de recursos sem autorização legislativa. A



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

contrario sensu, havendo lei autorizativa (o que este Projeto pretende ser), a movimentação financeira é perfeitamente lícita.

O projeto respeita as normas gerais de Direito Financeiro estabelecidas pela **Lei Federal nº 4.320/1964**, especificamente em seu Art. 7º, inciso I, que permite que a lei orçamentária (ou suas alterações posteriores) contenha autorização para abrir créditos suplementares até determinada importância.

Ressalta-se que o aumento do percentual para 9% não fere os princípios da razoabilidade, mantendo-se dentro de padrões aceitáveis para a gestão pública municipal, sem desfigurar o orçamento originalmente aprovado por esta Casa de Leis. Conforme demonstrativo anexo ao projeto, o município utilizou até o momento 2,834% do limite, demonstrando prudência fiscal.

A proposição atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/1998, estando redigida de forma clara e precisa.

Diante do exposto, considerando que a matéria obedece aos ditames da Constituição Federal (Arts. 165 e 167), da Constituição Estadual (Art. 165) e da Lei nº 4.320/64, e inexistindo óbices legais ou jurídicos para sua tramitação, este Relator opina pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei n.º 039, de 30 de outubro de 2025, recomendando o seu prosseguimento para deliberação em Plenário.

III - DA DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei n.º 039, de 30 de outubro de 2025.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Sala das Sessões, 24 de novembro de 2025.

MANGA ROSA

PRESIDENTE

PASTOR JÚNIOR

RELATOR

VALDENÍRIA DUTRA FERREIRA

MEMBRO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL